

SIVAM

A caixa preta da geopolítica vai ser aberta finalmente?

Maior projeto de geração de informação da Amazônia, o Sivam não tem sido discutido à altura do seu tamanho, no valor de dois bilhões de dólares. No momento em que seu início sofre atraso e suscita novas polêmicas, este jornal reproduz trecho de um debate promovido pelo Museu Goeldi, para que não permaneça inédito.

O sexto caderno Idéias e Debates, editado pela Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação do Museu Goeldi, é dedicado ao tema "Desenvolvimento científico da Amazônia: do Radam ao Sivam/Sipam". O conteúdo é importante. Mas talvez o caderno jamais seja publicado. Nem mesmo poderá ser colocado à disposição dos interessados na página eletrônico do MPEG. Ficará inédito, apesar de estar pronto para publicação.

**CONSÓRCIO
PARA BELO
MONTE
(Pág. 9)**

Tudo porque os representantes do sistema Sivam/Sipam, que participaram do debate no início do ano, transcrito no caderno, até hoje não responderam às consultas dos editores do Museu para rever seus textos. Sem a revisão, a comissão de editoração do "Goeldi" não pode liberar a transcrição do debate, por um princípio ético.

Há dois anos o Museu realiza um fórum de debates sobre temas de interesse da Amazônia. Em março, aproveitou a conclusão da

implantação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e o início das atividades do Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), investimento total de dois bilhões de dólares (incluindo os juros a serem pagos até a amortização da dívida), para tratar do assunto, associando-o a um outro projeto semelhante, o Radam (Radar da Amazônia), realizado na década de 70.

Participaram da mesa-redonda o geólogo Roberto Dall'Agno, professor da Universidade Federal do Pará, o engenheiro eletrônico Gilberto Câmara, coordenador geral de observação da Terra do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São Paulo), o geólogo Edgar Fagundes, diretor-executivo do Censipam, e eu. A feliz escolha do tema atraiu dezenas de pessoas, que lotaram o auditório do "Goeldi", no parque zoológico. Houve muitas perguntas e a discussão foi bastante esclarecedora sobre esse projeto, que tanta polêmica tem provocado.

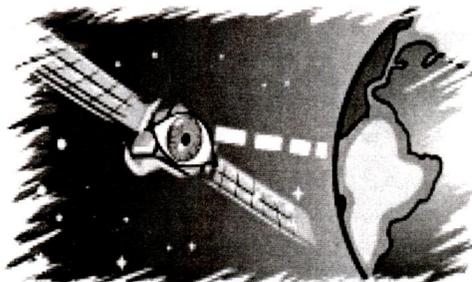
É uma enorme pena que o silêncio do engenheiro Câmara e do geólogo Fagundes aos pedidos que a direção do Museu lhes fez, para que revisassem suas intervenções no debate, devolvendo os textos corrigidos, tenham impedido, pela primeira vez, a publicação do caderno com a transcrição da mesa-redonda. A falta de respostas às reiteradas cobranças parece ter levado a direção do MPEG a desistir de publicar o sexto caderno Idéias e Debates. Já está em andamento a editoração do caderno seguinte, dedicado à "Terra do Meio", no vale do Xingu.

Preocupado com o esclarecimento público, permito-me reproduzir aqui a minha intervenção no encontro e os diálogos que mantive com os demais debatedores. Infelizmente não será possível reproduzir a íntegra das discussões, mas acho que o excerto aqui reproduzido servirá de estímulo aos que desejarem encarar o desafio de decifrar essa esfinge.

Previsto para entrar em funcionamento em julho deste ano, só em março de 2004, com quase um ano de atraso, o Sivam deverá estar em plena operação, com todos os equipamentos previstos no contrato original. A demora foi atribuída principalmente a dificuldades técnicas no desenvolvimento de um sofisticado sistema de comunicações por rádio em VHF. A empresa norte-americana Raytheon, responsável pelo projeto, já deveria ter instalado esses equipamentos nas 27 unidades de vigilância distribuídas pelos nove Estados da Amazônia. Por causa do atraso, a comissão coordenadora do Sivam suspendeu o pagamento da última etapa do contrato, correspondente a 72 milhões de dólares, de um total de US\$ 760 milhões.

Segue-se a transcrição dos principais trechos da minha participação e de meus interlocutores.

LÚCIO FLÁVIO PINTO – Em primeiro lugar, é um absurdo que nós só estejamos discutindo esse tema depois de tantos anos do início do Radam e da finalização do Sivam. Aliás, todos aqui só falam no Sipam porque o Sivam é uma herança maldita e nem se fala nele. Quero, desde logo, parabenizar o Museu por fazer este debate à tarde. Se ele fosse realizado pela manhã, sei que, numa instituição que briga por alguns milhares de dólares, ou-



vir falar de barriga vazia em milhões e milhões de dólares soaria como ofensivo. É um contraste brutal ver que o Sivam custou 1,4 bilhão de dólares e, até o pagamento dos juros, nos próximos cinco anos, vai precisar de mais 500 milhões de dólares. E é muito importante, muito interessante, muito elucidativo para quebrar as cabeças dogmáticas e os raciocínios estratificados, fazer uma comparação entre o Radam, o Sipam e o Sivam.

O Radam, como disse o D'Allagnol, foi concebido em pleno regime militar, no auge, na década de 70, quando o Brasil tinha taxas de crescimento equivalentes às do Japão. Eram dois grandes milagres econômicos: um baseado na poupança do japonês e outro baseado na propaganda dos brasileiros. Nesse exato momento, o Radam foi concebido nos Estados Unidos pela Goodyear Aerospace, que havia acabado de fazer um trabalho exatamente igual no vale do Orenoco, na Venezuela, e a Goodyear queria terminar o trabalho pegando o vale do rio Amazonas, a maior bacia do planeta.

É ilusório pensar que nós concebemos o Projeto Radam. Quem concebeu mesmo foi a Goodyear, que tinha tecnologia completa para fazer aquela grande matriz, que era o que interessava, a grande matriz de dados, com controle de radar informando aquele mosaico imenso, matriz sobre a qual foram feitas as cartografias, que são a grande contribuição científica do Radam, a cartografia exata. Houve rio, por exemplo, que antes da cartografia com restituição de imagens feitas pelo Radam, que estava deslocado 150 quilômetros da sua posição real. Era uma cartografia absolutamente literária, e não baseada na geografia real.

Esse levantamento, que a Goodyear propôs, era uma continuidade do que a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos fez no pós-guerra. Essa comissão trabalhou mais no Brasil no pós-guerra do que na guerra. Ela fez um grande levantamento da bacia sedimentar da Amazônia e chegou à conclusão de que o alvo da bacia sedimentar, que hoje é o segundo maior produtor de petróleo em terra do Brasil, lá em Urucu, era para depois; não era para tecnologia da época, por causa do preço do petróleo, que não justificava os investimentos para explorar o óleo no interior da floresta, como faz hoje a Petrobrás, no Urucu. Haveria um custo de logística elevado.

É por isso que Hermann Kahn, em seguida, propôs o projeto do grande lago, num paroxismo de raciocínio a partir dos dados sobre a bacia sedimentar amazônica. O raciocínio era: vamos inundar a bacia sedimentar e vamos explorar petróleo sobre lâmina d'água, que será mais barato no futuro, e vamos atingir o que nos interessa, o Pré-Cambriano, os espinhaços de terras antigas que

estavam ao sul e ao norte do rio Amazonas. Ao norte, havia o exemplo da Icomi, que já tinha descoberto a jazida de manganês de Serra do Navio, que foi o primeiro grande projeto da nova era na Amazônia. Logo em seguida, antes do Radam, a United States Steel, na maior façanha da história geológica do mundo, descobriu a província mineral de Carajás com um mês de campanha. E o Brasil, através do DNPM, havia gastado nove anos no projeto Xingu-Araguaia para chegar à conclusão que aquilo era calcário e não interessava economicamente.

O Projeto Radam, apesar desse contexto, era um projeto científico, não era um projeto militar. Era ciência a serviço das grandes empresas que entravam na Amazônia e que não podiam perder tempo e nem capital em ficar selecionando alvos. Elas exigiam o máximo possível de confiabilidade nos dados para definir seu investimento. Já sabiam mais ou menos o enredo da história, mas, evidentemente, numa região como a Amazônia latino-americana, que é quase do tamanho dos Estados Unidos, do tamanho da Europa, eles não podiam entrar sem uma ferramenta segura, importante, como foi o Projeto Radam, com a sua matriz básica, que são as fotografias com controle de radar e apoiadas pelo satélite.

Foi um projeto da ciência, daí o testemunho do D'Allagnol, que trabalhou quatro anos no projeto. Acho que eu sou o mais velho aqui na mesa porque eu já tinha muito tempo de estrada quando começou o Radam. Conversei com todos os que o iniciaram, o Luís Antônio, o Oto, saí em viagem, inclusive usamos as fotos infravermelho e multispectrais em função da edição especial sobre a Amazônia, da revista Realidade [da Editora Abril, já fora de circulação], da qual participei e o D'Allagnol citou. Viajei no último Caravelle da Cruzeiro do Sul, da Lasa, que era uma empresa de levantamento aerofotogramétrico da Cruzeiro do Sul.

Acompanhei tudo aquilo, e realmente a grande contribuição do Radam foi dada a partir do momento em que a Goodyear teve o que queria e disse: "agora é de vocês". Contou com o apoio do ministro Dias Leite, de Minas e Energia, que era quem garantia os recursos na retaguarda, (juntamente com Eliezer Batista, foi uma das grandes figuras por trás da história contemporânea da Amazônia, embora não apareça nas colunas sociais; mas essas são realmente as pessoas mais prestigiosas, mais influentes). Eliezer Batista atuou decididamente para deslocar a influência americana na Amazônia, colocando o Japão na frente. O dr. Eliezer Batista é, talvez, o ocidental não residente no Japão que mais vezes esteve lá. Até a última vez que tive o controle, ele tinha viajado 102 vezes ao Japão. Fala fluentemente o japonês. Quem vai na sede da Companhia Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro, pensa que está em Tóquio, porque toda a decoração é japonesa.

A maior lição do Radam é a checagem de campo. Realmente, não é suficiente, não é segredo, não chega a ser o mapa da mina você ter apenas a informação indireta, produzida por uma ferramenta tecnológica. A checagem de campo ainda é fundamental. Isso nos autoriza a dizer o seguinte: se no Sipam for possível

desfazer todos esses equívocos apontados pelo Gilberto e esquecer o dinheiro que já foi jogado fora, a sede não pode ser em Brasília. **Vamos acabar com este negócio de Brasília ser a sede e ficarmos com esta matriz geopolítica, com esta madrastra da compreensão da Amazônia. Porque mesmo desfazendo esse centralismo burocrático, duvido que vamos desfazer também essa geopolítica malsã, maligna, que é responsável por essas distorções.**

O Projeto Radam é uma experiência sobre a qual, infelizmente, nós refletimos pouco. Na evolução do projeto acabaria ocorrendo uma alteração da concepção original: concebido para fazer o levantamento da Amazônia, o Radam foi estendido para todo país. Não era mais o trabalho de pequenas e compactas equipes, multidisciplinares, expeditas. Passou a pesar a visão autárquica do funcionalismo público. A sede deixou de ser em Belém e passou para Salvador.

Sou uma pessoa que leu todos os volumes do Radam e acho que determinados trabalhos tiveram um valor prospectivo, de indagação intelectual e de provocação, como ouvimos a colocação do último expositor, mas terrível também. Por exemplo, o uso potencial do solo, pelo aspecto de vanguarda, foi uma coisa muito boa, mas em geral se errou. Lembro bem das brigas com o dr. Pimenta Veloso, que defendia a tese de que a floresta era senil. Queria substituí-la por cobertura vegetal mais dinâmica ou outras culturas da terra.

O Radam coonestou neste aspecto a visão do regime, e é terrível que o Radam tenha sido esquadrihador da destruição do Araguaia. Nós tínhamos, no Araguaia, uma possibilidade fantástica de uso inteligente dos recursos naturais da Amazônia, com uma densidade de mogno que é o dobro da maior densidade de mogno que existe hoje, e está sendo destruída na nossa frente, no vale do Xingu, que será um dos dois estudos que o Sipam tem em vista. O Radam coonestou tudo isso porque tinha o peso do governo, embora não tenha sido, em pleno regime militar, com toda aquela ditadura, tão poderosa a mão do governo quanto o peso do nosso presidente imperial Fernando Henrique Cardoso.

O Sivam é uma coisa inacreditável, que aconteceu sob os nossos olhos. Ele foi gerado no Conselho de Defesa Nacional, que sucedeu o terrível Conselho de Segurança Nacional do regime militar, e que se reuniu duas únicas vezes, em ambas para tratar da Amazônia, como se a Amazônia estivesse sob ameaça de uma invasão estrangeira iminente. Foi feita a reunião, o presidente foi autorizado a dispensar licitação pública e fazer uma seleção apresada. Qualquer processo mais seletivo não teria permitido à Raytheon entregar a caixa preta. Pessoas com mais sensatez perceberam logo o erro que se estava praticando, mas tudo foi deixado de lado e para trás porque a Amazônia estaria sob ameaça permanente, iria ser invadida, embora nosso inimigo real não use (ou não use ainda) o F-17 ou o B-52, mas a estrutura da sociedade anônima.

Esse é que é o problema da geopolítica: ela distorce o inimigo, que tem que estar em atitude bélica. Daí porque a Aeronáutica, ao invés de fazer logo o Cindacta-4 aqui, que era o que deveria ter feito, implantou primeiro o

Sivam. Com o Cindacta 4 teríamos, na pior das hipóteses, quatro vezes menos do que gastamos com o que é superposição. Por que não se fez logo o Cindacta-4? Por que no Brasil todo se fez o Cindacta e aqui não, havendo a quebra da continuidade e só depois que o Sivam já estava sendo executado é que se passou para o Cindacta na Amazônia? Por que não se pegou todo esse problema grave que temos de tráfico de drogas, de biopirataria, de contrabando, por que não se deu a estrutura para a Polícia Federal, que é o órgão competente, para atuar de forma mais agressiva, preventivamente? Por que, se nós queremos fazer um tratamento moderno, atual, operacional, com imagem de satélite, não pegamos o centro da Sudam, que era muito bom em instrumentos e se qualificava cada vez mais em pessoal, que estava em desenvolvimento e agora está abandonado, é lixo, é sucata?

Porque sempre Brasília pensa de uma maneira diferente, Brasília é o nosso órgão tutelar, e falo Brasília, não o Planalto Central, mas Brasília, o poder central, que é autoritário, que desconhece a Amazônia e vai continuar cometendo esses atos de império na nossa região. Somos os últimos filhos do Brasil, filhos que foram incorporados de uma forma tardia e indesejada. Somos o temporão, o que foi um acidente. Pode parecer uma visão regionalista, mas é também uma visão regionalista porque parte do pressuposto de que a região tem uma identidade, uma história própria, que não pode ser compartimentada no resíduo que sobra para nós.

Este Sivam representou, em cinco anos, 20 anos de orçamento de ciência e tecnologia na Amazônia; minguido, porque os senhores pesquisadores são obrigados a aplicar de uma forma quase que mendiga, têm que implorar para que sobre, e agora mesmo há um movimento para eliminar recursos destinados ao Norte e Nordeste porque não existe demanda de pesquisas, eles seriam mais bem aplicados no Sul, onde estão concentrados os PhDs e as instituições competentes no Brasil.

Acho que vamos continuar nesse processo de sair dispendioso, caro, e somos apenas o acidente de percurso, título que se usa nessas siglas.

Sou do entendimento de que o mal é de origem e o Sivam é um mal de origem. Ele foi pensado de forma centralizada, numa visão geopolítica, militar, nos laboratórios (1) do Conselho de Segurança Nacional, (2) nos porões da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) e dessas siglas todas que são apenas variações de letras da mentalidade central. Acho que temos é que quebrar esse sistema unificado, centralizado, rígido. Pode ser que, da depuração, o que sobreviva permita criar um novo centro. Mas será que ele é necessário? Será que a soma do que nós já temos, a união e a fusão, em determinados casos, não permitirá um órgão mais capacitado a interpretar a região e ter uma diretriz que não seja apenas transformar a Amazônia em um celeiro de matérias primas e insumos para a grande matriz nacional e internacional?

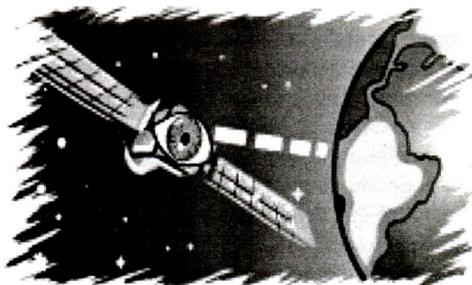
Estamos em um momento bastante delicado da história. Não só da nossa, mas da história mundial. Estamos vendo ruir hoje o sistema baseado no contencioso, na arbitragem, no

consenso, em organizações multilaterais. O mundo está vindo que, podendo destruir nas partes, precisa formar um todo. Estamos vendo ruir e não sabemos o que vai ser depois. Pode ser que o plano Bush, executado no Iraque com a perfeição cirúrgica que eles projetaram, leve a pensar de uma outra maneira o plano Colômbia, aqui ao lado. Precisamos ter uma mirada quase igual à que tinha o Caravelle na época do Radam, com as suas bandas, da mesma maneira como os helicópteros hoje operam no Iraque, atingindo 19 alvos ao mesmo tempo, em pontos diferentes.

Precisamos tentar ver tudo, o máximo possível, mas, neste exato momento, às vezes temos dificuldades de avaliar nossa posição, o que somos, qual o nosso lugar no mundo. Estamos no meio de um debate intenso sobre o pólo siderúrgico da Companhia Vale do Rio Doce, e às vezes ficamos chocados com os dados, porque quando consolidamos esses dados levamos um susto com a importância que temos, independentemente, às vezes, do que pensamos ser.

Por exemplo: somos responsáveis, hoje, por metade do faturamento bruto da CVRD, que é a empresa mais importante do país em geração líquida de divisas. Nós geramos, hoje, 15% das divisas do Brasil, nós, Estado do Pará. E qual é a nossa importância, qual a nossa participação, qual a nossa capacidade de criação? Tomo este debate como uma boa provocação e espero que encontremos algum tipo de resposta.

(...)



GILBERTO CÂMARA – É uma pergunta para o Lúcio. Se entendi corretamente o que ele colocou, porque ele na verdade, além de ser contra o Sivam e o Sipam como foi feito, é contra eles em si. Gostaria de entender um pouco mais essa posição, quer dizer, a pergunta aí é a seguinte, só para deixar claro: A divergência que entendi que existia entre a visão que o Lúcio apresentou foi de que apesar de todos os defeitos e erros, equívocos e um bilhão e meio jogados pela janela, ainda tenho a coragem de definir a existência de um centro de inteligência da Amazônia, o CIPAM, não como está hoje, mas enquanto um centro estratégico, e entendi que o Lúcio está colocando isso como não necessário, isso pode ser diluído nas atribuições dos diversos órgãos já existentes, e gostaria que esclarecesse apenas para o meu benefício e da platéia.

LÚCIO FLÁVIO PINTO – Sou contra a visão geopolítica que levou à criação deste sistema.

Eu estava no Conselho Deliberativo da SUDAM, em 1976, quando o projeto da Volkswagen foi apresentado, projeto de uma fazenda numa área de 139 mil hectares no município de Santana do Araguaia. O represen-

tante do Ministério dos Transportes se levantou e disse que não ia aprovar o projeto (isso em 1976, governo Geisel), concedendo poupança nacional para enriquecer uma empresa alemã. Quase que bato palmas ao coronel. Depois fui conversar com ele e disse-me que não iria aprovar porque, olhando bem o projeto, viu que o proprietário era a Volkswagen AG – empresa alemã, portanto. Um mês depois o projeto voltou à pauta e no parecer estava escrito Volkswagen S/A e foi aprovado. Tinha ocorrido um erro datilográfico. É essa a visão que acho terrível sobre a Amazônia.

É evidente que é possível, como Bush fez no Iraque, se achar que pode invadir a Amazônia, invadir a Colômbia para acabar com o tráfico, invadir a Amazônia para impor um uso mais racional dos recursos naturais, mas é pouco concebível hoje que isso aconteça. No entanto, estamos com os nossos parceiros nacionais ou internacionais pilhando a Amazônia, acabando com ela, e o Bush pode nunca invadir a Amazônia, pode nunca ter as razões que levaram o Conselho de Defesa Nacional se reunir para criar o Sivam, e dispensar licitação pública para uma compra de 1,4 bilhão de dólares, e ainda assim se acabar com a Amazônia. Por isso, minha discordância resulta de uma visão filosófica, é um pressuposto, que acho terrível, o de raciocinar em termos geopolíticos na Amazônia. Na Amazônia a geopolítica é sempre a fonte principal de viés e distorções quando se raciocina sobre a Amazônia, e sempre foi.

Vamos dar o pontapé inicial para discutir o projeto, mas fazê-lo de uma forma quase que eu diria acadêmica, porque o essencial continua. Esses aviões-radares passando por cima, os cinco aviões, essa visão, isso é geopolítica, geopolítica de guerra na Amazônia. Ela pode até se aperfeiçoar, mas, embora eu considere que todas as pessoas que estão no Sivam são competentes e querem acertar, há uma estrutura que independe delas, e que às vezes elas até rejeitam, e que impõe uma posição descentralizada, fora de Brasília.

A Polícia Federal, com o programa que criou na mesma época para aumentar a fiscalização, com 40 milhões de dólares, faria tudo o que, em matéria de controle de tráfico e biopirataria, o Sivam se propõe a fazer, sem nenhum problema. O Ministério da Aeronáutica também não precisará mais do Sivam, se ele se transformar nessa caixa branca para controlar o tráfico aéreo na Amazônia.

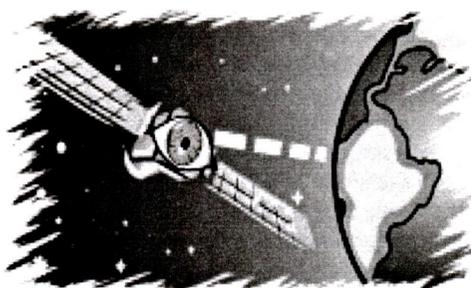
Agora vejam só: aqui perto, no mês passado, aconteceu um acidente no rio Iriri. Havia toneladas de peixes morrendo, a população de Altamira e de alguns povoados ficou em estado de alerta, e algumas vezes de pânico, porque se achava que a água estava contaminada, e se levou quase um mês e meio para saber o que aconteceu exatamente ali. Não é só ter o recurso tecnológico, é ter uma visão que seja incorporada no processo da vida regional, que não seja essa visão de guerra, essa visão da centralização e visão geopolítica que precisamos ter, essa parafernália, como houve, às vezes, no ano passado.

Em novembro veio Brasília com o Greenpeace fazendo operação no Xingu, que acabou favorecendo o maior grileiro da região, o maior extrator de madeira da região. Se é

possível, se é necessário, se é aconselhável, se é saudável para a Amazônia ter um centro que vá coordenar tudo isso, eu diria: tudo bem, então vamos renunciar à ADA, vamos jogar fora essa herança terrível da Sudam, e não precisa mais ter coordenação, o órgão que pense estrategicamente, pense até geopoliticamente, que ordene isto tudo, que dê uma integração ao governo federal, às políticas públicas, então vamos jogar fora a ADA.

Eu não estou fechando o debate porque acho que ele está começando e não deve ser fechado. É a visão de quem está há 37 anos na estrada, que já viu o Radam, que já acompanhou o Sivam e que está vendo que vamos continuar com uma diretriz equivocada porque ela parte do pressuposto de que a fonte da centralização é a visão metropolitana, e não a da região.

Acho que não podemos fechar o debate, temos que continuá-lo, porém precisamos ser convencidos de que esta estrutura centralizada fora da região é necessária e é útil à Amazônia.



GILBERTO CÂMARA – Entendo bem a posição do Lúcio, só queria explicar o seguinte: para um debate ser útil ao público, as divergências precisam ficar claras, estamos concordando que nós divergimos. Deixo claro aonde é que discordo de você.

A Amazônia, vamos dizer assim, como foi colocada aqui anteriormente pelo Roberto, a competência científica da Amazônia vem evoluindo de forma substancial nos últimos anos; se ela não é o que gostaríamos, ela também pouco é o que nós tínhamos há 20 anos atrás.

Olhando, existe uma questão básica de separar a capacidade de coleta de dados. Por exemplo: se eu tenho estações de coleta de dados ao longo dos principais rios da Amazônia, e elas estão integradas, o Museu Goeldi ou outro organismo, a Sudam, pode saber rapidamente se há poluição no rio ou não no exemplo que você citou. O caso das imagens que o radar adiantou, com todos os defeitos que ele possa ter na sua concepção, ele fornece dados que podem ser úteis para biodiversidade, não necessariamente só para detectar pista clandestina.

O difícil, hoje, no Sivam, é como é que você, daquela infra-estrutura toda, seleciona os conjuntos de dados a serem repassados, como é que os dados de coleta, como é que os dados de meteorologia, como é que os dados de sensoriamento remoto vão para as pessoas. Eu acredito na competência, acredito que o sensoriamento remoto é uma tecnologia que a Amazônia precisa internalizar cada vez mais, e chegar e dizer: quero que o avião voe ali, porque tenho um projeto de biodiversidade em Marabá; quero ter sensores em tal local, porque aqui é uma coisa específica para um estudo ambiental na Amazônia.

Não acho que a tecnologia implantada de coleta de dados do Sipam seja necessariamente um malefício em si; ela precisa estar organizada de tal forma que as instituições científicas da Amazônia consigam colocar a mão nestes dados. É este o dilema que temos hoje em abrir a caixa preta.

A geopolítica de ter instrumentos de coleta da Amazônia não é um mal em si, ela pode ser útil, muito útil para a comunidade científica, comunidade ambiental e a comunidade política da Amazônia.

IMA VIEIRA – Lúcio, você tem alguma pergunta?

LÚCIO FLÁVIO PINTO – Só queria dizer o seguinte: nós tínhamos isso, tínhamos centro de hidrologia e climatologia da Amazônia na Sudam, que estava evoluindo. Tinha seus problemas, as suas deficiências, mas duvido que, com os recursos que foram colocados à disposição do Sivam, ele não evoluiria. Acho que ficamos cortando as cabeças daqui e fazendo crescer as de fora, estamos trazendo uma macrocefalia exógena.

(...)

Membro da Sociedade Brasileira de Geologia – A Ima colocou que temos que ser bem sintéticos, e por isso vou reduzir a imagem que fiz de tudo isso até agora. Lembrou-me muito aquela história da “roupa do rei”, que todo mundo vê o rei nu, mas só uma criança vai e assume. Este debate aqui, este volume de informações ajuda-nos. O Lúcio Flávio sempre coloca que os amazônidas sempre andam a reboque da História. Nós somos atores coadjuvantes e sempre participamos como atores coadjuvantes nas decisões sobre a Amazônia. De modo geral são decisões lá fora e só ficamos olhando, o Lúcio Flávio sempre coloca essas coisas. E mais uma vez aconteceu que viemos discutir este Sivam agora depois de estar já bem andado, mas de qualquer maneira nunca é tarde.

A minha questão, dentro do muito que poderíamos discutir aqui, é a questão das leis e o que se pretende. Por exemplo: nós, do serviço geológico, não conseguimos entrar em uma área indígena sequer para conhecer o potencial de recursos minerais que existe lá. Elas são protegidas e agora, lá em Roraima, os garimpeiros estão com seus aviões reinovando as áreas do Ianomâmis, passando por cima dos aeroportos da Aeronáutica, passando por cima dos quartéis do Exército e ninguém consegue conter o avanço do homem sobre recursos naturais. E agora se cria no Amapá uma grande reserva no parque do Tumucumaque. A nossa Amazônia na faixa de fronteiras está toda tomada por área de proteção, por áreas indígenas, e o que vai se fazer com todo esse Sivam, com todas essas informações para controlar e desenvolver se não pode sequer ocupar e nem conhecer? O Lúcio Flávio poderia responder?

LÚCIO FLÁVIO PINTO – Acho que não conseguimos ser os protagonistas da história porque estamos sempre atrasados em relação aos temas. Somos chamados para o banquete quando os convidados já foram embora, então ficamos com os ossos do banquete.

Acho que precisamos fazer uma nova concepção territorial da Amazônia, precisamos rever o espaço da Amazônia, e precisamos ter atitudes de coragem, de audácia, mas não a audácia verbal, formal, discursos eloqüentes. Nada disso: ter certa audácia de mudar as coisas.

Permitam-me dar uma informação, que não sei se todos conhecem. **Uma empresa, a Construtora C. R. Almeida, está tentando se apropriar de 7 milhões de hectares do Xingu. Sete milhões de hectares que, se formassem um estado brasileiro, seria o 21º maior Estado brasileiro.** Essa empresa quer fundar esse 21º Estado brasileiro no Pará. Está uma destruição de mogno inacreditável. Nós, mais velhos, vimos como foram destruídas 10 árvores de mogno por hectare no Araguaia. Agora, no Xingu, que tem 4 ou 5 árvores por hectare, só se fala em milhares de toras de mogno estocadas, levadas em jangadas imensas.

Existe o Estatuto da Terra, criado pelos militares em novembro de 1964, que estabelece o seguinte: "Nenhum imóvel rural pode ter mais do que 600 vezes o módulo rural". O módulo rural varia de um hectare, para hortifrutigranjeiro, até 120 hectares, para reflorestamento. Então, nenhuma propriedade rural no Brasil é legal acima de 72 mil hectares. O cidadão quer 100 vezes isso. Estou sendo processado nove vezes na justiça, existem nove processos contra mim promovidos por desembargadores, pela C. R. Almeida, pelo depositário fiel da madeira, porque tenho denunciado isso. Nós podíamos exigir que nenhum imóvel rural no Brasil tenha mais do que 72 mil hectares. Isso não é comunismo, é a nossa lei. Temos que encarar na nossa região a realidade por trás dos conceitos do mundo conceitual, do mundo formalista. E levá-los à prática.

Algumas pessoas consideram que ter área de proteção na fronteira é uma forma de reservar o conhecimento para aqueles que podem ter o conhecimento, e não é. Por exemplo: o pessoal do serviço geológico não consegue ter acesso a determinadas áreas, mas outros, fantasiados de missionários, conseguem ter; outros, fantasiados de ONGs, conseguem ter. Mas isto não significa que os missionários e as ONGs são ruins.

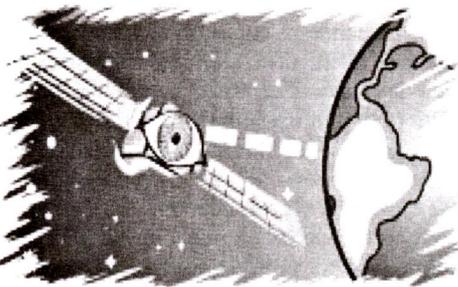
Há ONGs e missionários ruins e bons. Temos que ter a capacidade e a inteligência de separar a água do vinho, o joio do trigo. Como vamos fazer isso? Não é pela natureza geopolítica, não é elevando o conceito de segurança nacional, não é estabelecendo regras de proibição formalistas, como aquela do coronel sobre a Volkswagen. É tendo a inteligência. Mas com 0,2%, no máximo, do orçamento nacional de ciência e tecnologia, vamos ter inteligência? Não estou falando em inteligência dos que moram aqui, dos que nasceram aqui, mas do que estão comprometidos com a região, como disse o Roberto, e em geral só está comprometido aquele que vem à Amazônia mais de uma vez por ano. Aquele que vem pelo menos no inverno e no verão da Amazônia, este está vendo alguma coisa. Agora, o que dita a "verdade de Boeing", este não está comprometido com a Amazônia.

Vou dizer para vocês, abusando um pouquinho do auditório, só um minuto. Tenho estudado muito o império pombalino, na

metade do século XVIII na Amazônia. Às vezes, de madrugada, quando acordo com insônia, penso assim: será que se o Marquês de Pombal tivesse realizado seu projeto e criado condições para vencer o império brasileiro na Amazônia, a região não estaria melhor do que está hoje? Da mesma maneira como se Nassau tivesse ganhado lá no Recife, não estaríamos melhores?

Isso não interessa para o presente. Nós não precisamos de doutores, sejam nacionais ou estrangeiros; nós temos que ganhar a batalha da inteligência, do conhecimento. Se as fontes do conhecimento estão lá fora, não vamos conseguir trazer se não soubermos onde estão, avaliarmos o que representam e tivermos forças para deslocá-los do centro hegemônico para cá. No entanto, não conseguimos nem fazer com que a sede da Eletronorte, empresa do sistema Eletrobrás com jurisdição sobre a Amazônia, instale sua sede em Belém, capital do Estado no qual ela obtém 80% da energia que gera. É um abuso: a Eletronorte vai fazer trinta anos [fez, em junho] agora em Brasília, onde foi instalada e onde permanece até hoje. É a única empresa do sistema Eletrobrás que não está baseada na sua área de atuação. E sempre a Eletronorte nos embromou dizendo que, lá estando, se beneficiava de estar mais próximo do poder, podendo barganhar melhor.

Acho que nós precisamos começar a ter uma certa audácia, não na verbosidade, não porque estamos aqui, nascemos aqui, nada disso, mas sim porque a nossa inteligência máxima está aqui e precisamos trazer isso para cá. Tem que ter um Sivam é aqui, não em Brasília nem em São Paulo.



MARIVAM – Aproveito a oportunidade ímpar; na verdade não vou fazer nenhuma pergunta aos componentes da mesa. Isto para mim é uma oportunidade ímpar porque cheguei a trabalhar há 15 anos neste Projeto Radam, isto em 1971, e aquele posicionamento do nosso colega D'Allagnol é verdadeiro, ou seja, começamos a trabalhar com o Radam, com uma tecnologia nova de radar, mas na verdade não sabíamos trabalhar com ela, porém aprendemos a trabalhar. Graças a este esforço o D'Allagnol fez uma colocação que achei muito interessante. Por que o Radam deu certo? Por que temos aqui 34 volumes publicados pelo Radam e ainda existem 4 volumes a serem publicados?

O Radam foi criado em 29 de outubro de 1970 e efetivamente começou a trabalhar em 1973, e a sua primeira publicação foi em 1974. Eu, por exemplo, me entregaram uma imagem do Radam e eu não sabia o que era aquilo, tive que aprender, e parece até que aprendi, tanto

que escrevi um livro, depois fiz uma tese de doutorado em cima disso. Acho que o Radam deu certo porque houve vontade de fazer alguma coisa. Observem: se o Radam fosse criado hoje ele jamais seria realizado, se nos reportarmos à época. Naquela época o que existia em termos de meios, de vias de comunicação? Nada. Começamos a trabalhar pelo Nordeste e depois trabalhamos com helicópteros. Quando o Roberto se referiu àqueles pontos, eram pontos de helicópteros, não pontos de levantamentos.

Uma outra coisa: o Radam na verdade nasceu em Minas Gerais, houve um projeto lá e através da experiência desse projeto foi pensado em ser trabalhado na Amazônia; trabalhei até 1978 aqui na Amazônia, depois fui para Salvador, e hoje trabalho no IBGE, e como eles têm um contrato de serviços com o Sivam para atualizar todas as informações sobre recursos naturais da Amazônia, envolvendo geologia, geomorfologia, solos e vegetação, estamos tendo a oportunidade de jogar todos estes dados em meios magnéticos.

Quando o Radam saiu da Amazônia em 1978, a idéia seria pegar todos esses volumes (34, sendo que 22 pertencem à Amazônia) e jogar em meio magnético; hoje estamos tendo essa possibilidade.

Fazendo um resumo, evoluímos muito. O projeto Radam formou pelo menos uma escola de profissionais, não só geólogos, geomorfólogos, engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, que aprenderam a trabalhar ali. E grande parte deste pessoal se encontra hoje no IBGE prestando serviços.

A questão que o Lúcio falou sobre o calcário, confundiram calcário com ferro. Ali é falta de chão. Agora, acho difícil o Hermann Kahn naquela época imaginar a existência de petróleo em Urucu. Mas ...

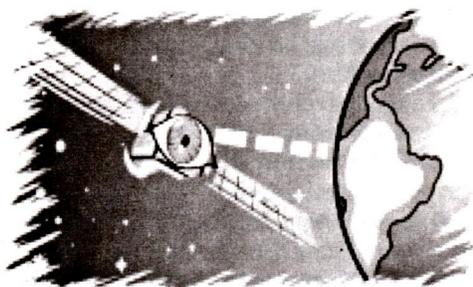
LÚCIO FLÁVIO PINTO – É que o Hermann Kahn não considerou o Urucu, evidentemente, mesmo porque o grande lago não chegava até lá, no Urucu. O que ele considerou foi a bacia sedimentar do rio Amazonas, a maior do planeta, onde surgiu a jazida de Nova Olinda. Era natural que se esperasse petróleo ali, mas, como eu disse, o Hudson Institute apresentou o projeto do grande lago como uma barragem de baixa queda para produzir 100 mil megawatts. Mas na verdade isso era uma "conversa para boi dormir": o lago era para acessar as áreas do Pré-Cambriano, que poderia ser explorado com a tecnologia da época. Já o petróleo ficaria para depois, quando se alcançasse o nível tecnológico apropriado para operar sobre lâmina d'água. Seria no futuro, quando os árabes dessem o choque do petróleo e o litro de gasolina não fosse mais barato do que um litro de água mineral.

Gostaria só de destacar este trabalho do Radam porque acompanhei de perto o trabalho da equipe, que conferiu a importância da campanha de campo. Esta foi a grande contribuição do Radam: as pessoas iam aos lugares, faziam os vôos de helicóptero, que foi o que fez a grande diferença em Carajás. Até então o trabalho era de interpretação, feito com o material rolado, alterado quimicamente. Então era análise química quase sem checagem de campo. Quando o

pessoal da United States Steel pousou de helicóptero na clareira foi fácil detectar o minério de ferro.

Acho que a grande contribuição que o Radam dá e deveria servir de exemplo é de você fazer estudo de campo lá no lugar, ir a todos os lugares.

(...)



GILBERTO CÂMARA – Tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Lúcio Flávio, pois já conhecia muito dos escritos dele.

Quero começar primeiro dizendo que, pelo seu critério Lúcio Flávio, sou quase amazônida porque já estive duas vezes este ano aqui em Belém a convite da Ima, e ao contrário do que vocês possam ter pensado não sou paulista, sou cearense de Quixeramobim, da cidade mais seca do Brasil, tenho outra vivência.

Mas gostaria de começar dizendo, pelo que o Marivam colocou em relação aos dados. Se naquela época, acho que em 78, tivesse mudado os dados para meio magnético; sabe o que tinha acontecido Marivam? Você não ia conseguir mais ler. A melhor forma de preservar um dado é publicar, você vê ali, conseguimos ler, e isto nos leva ao ponto que várias pessoas levantaram; como é que os dados chegam no meio acadêmico? Primeiro o seguinte: o SIVAM tem os dados e de que formato vai estar o [falha na transcrição] do SIVAM? Será que o Museu vai conseguir ler o [outra falha] do SIVAM? Ou, como é que o Museu consegue ler os dados, para começar, e fazer uso deles?

Só voltando à história da caixa branca, estamos nesta brincadeira há muito tempo, e desde que começou o SIVAM nós optamos, vamos fazer o contra-SIVAM, que é colocar a tecnologia que está na web, a última versão nossa é open code, ou seja, código aberto, código fonte aberto e você pode fazer o que quiser com ele, porque acreditamos que hoje o desafio na área digital é ter o dado, saber lê-lo, saber o conhecimento todo que está por trás e a tecnologia em que isto está. O desafio que a comunidade vai ter com relação à tecnologia e ao conceito do Sipam/SIVAM vai além de exigir os dados do Sipam/SIVAM, vai ser: como é que consigo utilizá-los para um fim que seja útil para a comunidade científica, ambiental, política, brasileira?

É necessário, o Inpe está dando a sua contribuição sem ninguém pedir porque isto é nossa missão, mas outras instituições também têm que trabalhar em desenvolver cooperativamente conhecimento. O modelo de cooperação do meio digital é possível, mas exige vontade e vontade institucional. Como é que os dados chegam? E

como é que você faz para abrir? Tem todo um debate que precisamos fazer.

LÚCIO FLÁVIO PINTO - Vou formular uma pergunta que foi encaminhada por escrito pelo Jeferson Alex, aluno do curso de mestrado de botânica tropical do Museu: “O programa Sipam, o projeto Sivam, o Calha Norte, o Plano Colômbia vêm de encontro à idéia do G8 em implantar o processo de internacionalização da Amazônia. Por que, nesse período em que vivemos, de neoliberalismo, não conseguimos nos tornar um país auto-sustentável, capaz de passar da posição de ‘colônia’ para a de autônomo, quem sabe, suplantando os Estados Unidos? Por que não conseguimos andar com os nossos próprios pés, como aconteceu com o Japão e Alemanha no pós-segunda guerra mundial, implantando a moratória, ou saldando as nossas dívidas, visto que temos a maior biodiversidade e potencial do mundo?”

Jeferson, se eu fosse responder, iríamos começar tudo de novo, então a palestra que teríamos que dar aqui teria que iniciar se eu pudesse e se fosse capaz de responder a essa pergunta. Vou pegar o mote para dar um testemunho pessoal sobre a questão básica, a questão crucial.

Como associar, como compatibilizar a agenda do cidadão à agenda da história? Esse é o grande desafio que todos nós, intelectuais, que comemos três vezes por dia e podemos trabalhar com a cabeça, temos diante do país. Como, na hora de decidir, oferecer aos que vão decidir e permitir que a decisão seja partilhada pela maioria, ter outras informações para decidir corretamente. Esse é o grande desafio.

Na história recente tivemos um momento terrível, quando se começou a construir a hidrelétrica de Tucuruí. Esta é a maior obra pública da história da Amazônia, é a segunda maior obra pública da história do Brasil. Sua viabilidade foi definida num orçamento de 2,1 bilhões de dólares, e hoje sabemos, embora esse dado seja violentamente reprimido pela Eletronorte, que o custo dela atualizado passou de 10 bilhões de dólares. Nesse momento em que começou a construção de Tucuruí, nós, jornalistas a serviço da opinião pública, procuramos os órgãos científicos, as universidades, para esclarecer o que era construir uma barragem deste porte, com 70 metros de altura, represando o 25º maior rio do planeta, na Amazônia. A universidade não soube responder, não quis responder, fugiu da resposta.

Lembro que em 1984, no auge de um debate provocado pela imprensa à base do ensaio e erro, o diretor do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) naquela época, que é o grande colaborador hoje do Sipam, Roberto Vieira, veio à Assembléia Legislativa do Pará. No meio de um debate, quase de forma despercebida, ele disse que era possível fazer o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí em duas etapas. A Eletronorte considerava como “lei de Salomão” que só podia encher de uma só vez; uma vez iniciado o enchimento, teria que encerrá-lo no mesmo período hidrológico.

Fui malandramente com o dr. Roberto Vieira, a quem já conhecia de outros tem-

pos, e disse-lhe: “Dr. Roberto, dá para o senhor colocar no papel o plano de enchimento em duas etapas: a primeira até a cota 54, depois até a cota 72”? Ele disse que não tinha problema, ao chegar em Manaus iria me mandar. Não mandou na primeira semana, cobrei pelo telex. Não mandou na segunda, cobrei por telex. Não mandou na terceira, cobrei por telefone, liguei para ele, forcei, até que me enviou um telex, que guardo hoje como documento terrível da história da ciência na Amazônia, mandando dizer que estava proibido pela Eletronorte de **divulgar informações científicas**, porque o convênio fechou a boca científica do Inpa, que foi um escravo e um servo da Eletronorte em todo o processo de construção da hidrelétrica de Tucuruí.

As instituições científicas, que vivem à míngua na Amazônia, estão sujeitas a passar por isso, inclusive o Museu Goeldi está sujeito também. Toda grande obra que permite realização de pesquisa, como estamos vendo no Rima que a Fadesp [fundação de pesquisa da Universidade Federal do Pará] gerenciar do projeto de Belo Monte, está fadado a passar por isso, e o cidadão não vai receber a informação, não porque a informação não foi produzida, não porque não se tem o meio tecnológico de difundir-la ao máximo. É porque existe um fator mais forte que limita a divulgação: a vontade de quem cede o dinheiro.

Então, as universidades e os centros de pesquisa não responderam ao cidadão como construir corretamente uma hidrelétrica, embora a ciência já tivesse informação suficiente para mostrar que íamos fazer o absurdo que se fez em Tucuruí, como se fez em Balbina, como se fará em Belo Monte. A grande questão que permeia tudo isto é: como termos a informação para sermos protagonistas da história?

Às vezes precisamos ir a campo, daí a minha brincadeira de exigir que se venha aqui duas vezes para ter concedido o seu diploma de amazônida, e tudo mais; de que as pessoas venham aqui, se incorporem à região e continuem fora com o seu distanciamento crítico. **Por exemplo, vou ao Jari há um bocado de tempo e vejo, numa distância de 500 metros, uma fábrica de caulim e uma fábrica de celulose juntas, e a minha cabeça exige: cadê a fábrica de papel? Por que não podemos avançar na escala de agregação de valor?** Aí vêm os cientistas, vêm os intelectuais e dizem, hoje, sobre este absurdo, que estamos longe do mercado e não é viável produzir papel na Amazônia. Estamos nos tornando o 3º maior produtor de caulim do mundo, não produzimos uma grama de papel, exceto o que a Facepa produz nas condições em que o produz.

Na metade da década de 50, quando começou o primeiro grande projeto com a exploração do manganês do Amapá, os Glycon de Paiva, os Eugênio Gudín e os Roberto Campos também diziam que tínhamos que mandar tudo para os Estados Unidos porque era inviável mandar o manganês para o sul do Brasil para avançarmos na siderurgia. Por isso man-



Violência e brutalidade: o cotidiano em Marabá

Foi entre nove e 10 horas da noite que José Ferreira da Silva Filho matou Francisca Elisier Vidal Chaves. Deu-lhe um violento golpe de porrete na cabeça. Ela caiu, mas não morreu. Recebeu, depois de certo intervalo, um segundo golpe. Para não ter dúvidas, José enforcou-a com um barbante, enrolado no pescoço da mulher e apertado com toda força. No início da tarde do dia seguinte, o criminoso matou por asfixia, usando um travesseiro, as duas filhas de Eli, como sua vítima era conhecida. Enrolou os três corpos num mesmo lençol e enterrou-os, em cova rasa, com um metro de profundidade, debaixo de uma pia, na área de serviço da casa.

O crime foi cometido em Marabá, no dia 16 de julho. Só foi descoberto três meses e meio depois. Os corpos, decompostos, foram exumados no mesmo lugar onde haviam sido enterrados. O assassino confessou tranquilamente o triplo e bárbaro homicídio, quando interrogado. O resumo do caso já seria o bastante para provocar choque em qualquer lugar do mundo, não só pela brutalidade do enredo como pela frieza do matador. Há muito mais, porém.

José Ferreira tem 19 anos de idade. É técnico em informática. Saiu de Imperatriz,

no Maranhão, com a amante, de 17 anos, para tentar a sorte em Marabá, na mais intensa rota migratória da região. Encontrou Eli, de 39 anos, vendedora autônoma, que decidiu ceder ao casal desconhecido um dos dois quartos de sua casa para aumentar a renda da família. Depois que o marido morreu assassinado, quatro anos atrás, ela teve as filhas no relacionamento com outros dois homens, um dos quais mora em Marabá (mas estava viajando quando ela foi assassinada) e o outro, negociante de madeiras, vive em Miami, nos Estados Unidos. "Marretava" colchas, perfumes e produtos para emagrecimento, usando uma motocicleta para chegar às clientes. Assim garantia a saúde de suas bonitas filhinhas: Sara Kele Vidal Chaves, de sete anos, e Rebeca, de três, mortas por asfixia. A segunda nem tomou consciência do fato. A primeira pressentiu a ameaça, mas nada pôde fazer para se defender.

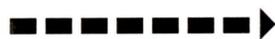
O massacre das três sempre esteve muito longe de ser um crime perfeito. O alibi e as explicações de José e de sua amante eram inconsistentes, mas os amigos e a irmã única de Eli, que passaram a procurá-la por causa da súbita viagem e a pro-

longada ausência, só tomaram uma iniciativa prática quando os elos da trama foram se dissolvendo e a mentira começou a aflorar. José falsificou a assinatura de sua vítima nos cheques dela, que passou a usar, e no recibo da alegada compra do imóvel, numa transação cujas características (de súbito, efetuada com desleixo) contradiziam o comportamento anterior da proprietária da casa.

A avolumação de suspeitas chegou à polícia, que rapidamente obteve um mandado de prisão temporária para o suspeito e sua confissão de autoria. José explicou que matou para ficar com a casa e se estabelecer em Marabá. E ponto final.

Talvez ninguém se tenha impressionado com tantas contradições nas histórias que o novo dono da casa passou a dar porque, tiradas as aberrantes cores dessa brutalidade, ela seja um componente do cotidiano em Marabá. No final-de-semana da descoberta macabra, a cidade registrou sete mortes. Muito sangue. Como de hábito.

E, dias depois, um fazendeiro, preso por também cometer homicídio, fugiu prosaicamente pela porta principal da penitenciária.



damos um milhão de toneladas por ano, durante quatro décadas. Depois, quando o teor de manganês baixou de 48 para 42, para 40, para 38, aí a matemática tornou-se desnecessária, a matemática frívola, e exportamos tudo para o sul do país, ou seja, o resto do manganês, o que sobrou do banquete mineral.

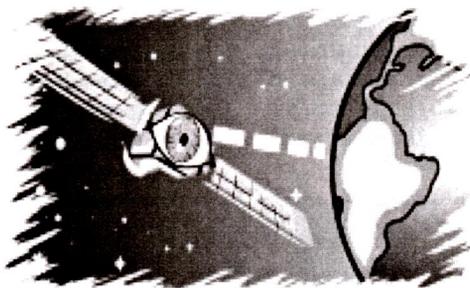
Acho que todos nós, que temos boa fé, que usamos a cabeça e que comemos o suficiente para tranquilizar o estômago, temos que permitir que estas informações estejam presentes no momento da decisão. O terrível na Amazônia é que os momentos de decisões graves se sucedem sem que saibamos. Somos verdadeiros Luís XVI abrindo a agenda e dizendo: nada de novo; aí vem a Revolução Francesa no dia seguinte.

Agora em 2003 poderemos ter um problema absolutamente novo na Amazônia: um rio ficará congestionado pelo transporte de um minério. A Mineração Rio do Norte está pretendendo produzir 16,3 milhões de toneladas de bauxita. Não produzirá mais porque o rio Trombetas não comporta. Por isso a Companhia Vale do Rio Doce abriu uma segunda frente em Paragominas. Uma mina que

estava sem viabilidade ou interesse se tornou econômica bruscamente.

O que a ciência está dizendo para isso? A ciência e todas as formas de coleta de informação, transmissão, processamento e elaboração, estão disponíveis. Mas por que não soubemos na hora se a poluição do Iriri era uma causa natural ou derivada de poluição do homem? Porque, apesar de toda essa parafernália, o rio é um lugar de passagem de matéria-prima para o exterior, o rio não é fonte de civilização, não é fonte de vida.

É contra essa geopolítica que me insurjo. Não é que eu queira ser o dono da verdade por ter nascido na Amazônia, não. Acho que é o contrário: com o nosso crescimento vegetativo, até no intelectual, não vamos conseguir dar conta do desafio da Amazônia. Precisamos da solidariedade dos nossos irmãos, aqui do Brasil e do exterior. Mas precisamos dialogar no mesmo nível com eles, precisamos que a nossa relação seja pautada pelo respeito de quem está encarando aquele que sabe. Acho que esta sucessão de debates deve significar que estamos na hora da história, de dar a régua e o compasso para quem vai fazê-la.



Alumínio

Depois da Albrás, vítima de um grave acidente ocorrido em 1991, agora foi a vez da Alumar, a fábrica de alumínio de porte semelhante, instalada em São Luís do Maranhão. Três meses depois da explosão de um dos seus retificadores, só agora o Consórcio de Alumínios do Maranhão está retomando as operações de sua linha de produção número 2, responsável por 40% da produção, de 12 mil toneladas de metal por mês, interrompida pelo acidente.

A reativação dessa linha será progressiva, só se normalizando a partir do final do próximo mês. Por causa do acidente, a Alumar deverá produzir 330 mil toneladas de alumínio neste ano, contra uma previsão inicial de 383 mil toneladas. Além de ter que gastar 20 milhões de dólares no reparo da linha, a empresa sofrerá uma redução de US\$ 80 milhões no faturamento de 2003.

Imprensa e sociedade ainda na escuridão

Um dia depois de Florianópolis, Belém amanheceu sem luz. Mas foi só um susto. Felizmente, a interrupção não foi muito além de meia hora. No dia seguinte, entretanto, os paraenses que se informaram sobre o blecaute pelos dois jornais diários de Belém tiveram que se contentar com uma notícia curta e superficial, produzida em São Paulo pela Agência Estado, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Não sei se outros leitores tiveram a minha sensação de estupor. Tanto o poderoso *O Liberal* quanto seu concorrente, o *Diário do Pará*, não se dignaram a mandar um repórter, um só que fosse, indagar sobre o acontecido. Desavergonhadamente, se limitaram a colocar em suas páginas o registro produzido pela Agência Estado. A agência de notícias paulista, evidentemente, não tinha o menor interesse em aprofundar o tratamento de um fato que em nada influiu na vida de paulistanos e paulistas. Mas, e nós?

O descaso da imprensa, nesse caso, chegou às raízes da leviandade. Mesmo que não tenha sido demorada, a interrupção no fornecimento de energia alterou a rotina das pessoas e provocou prejuízos, ainda que de menor monta. Esse é um aspecto. O mais importante, porém, diz respeito à repetição desses incidentes, não satisfatoriamente explicados, particularmente pelo responsável pela geração de energia, a Eletronorte.

Será que o padrão de operação da usina de Tucuruí e das suas linhas de transmissão está dentro dos parâmetros exigidos? Os manuais estão sendo seguidos rigoro-

samente? Os programas de manutenção estão conforme as normas? Os equipamentos estão integralmente dentro das especificações? Essas e tantas outras perguntas são cabíveis. Não só em tese. A história mostrará, a quem se interessar em perquiri-la, que os paraenses têm sido desatentos, negligentes ou mesmo inapetentes no acompanhamento do setor energético no Estado, apesar de só a hidrelétrica de Tucuruí ser responsável por 8% da energia produzida no Brasil e a Eletronorte operar algumas das maiores e mais complicadas linhas de transmissão existentes no país.

Dois exemplos: enquanto rapidamente a linha de Tucuruí para São Luís do Maranhão era duplicada, a daqui ficava na promessa, embora em um dos eixos dessa linha estivesse o maior consumidor individual de energia do país, a Albrás. A Alumar, em São Luís, voluntariamente ou compulsoriamente, encontrou um esquema atraente para participar da duplicação da linha. A Albrás, não. E nem a Eletronorte nem o governo se impuseram para pôr fim à temeridade da linha singela de 350 quilômetros de extensão.

Por causa disso, o segundo exemplo: o blecaute de 12 horas ocorrido em 8 de março de 1991. Apesar do impacto dessa interrupção, a Eletronorte mentiu quando explicou-a oficialmente e os paraenses até hoje ignoram que esse foi o maior acidente já sofrido por uma indústria de alumínio em todo mundo causada pela falta de energia. Continuamos mentalmente no escuro. E nem sempre apenas mentalmente, o que já seria um blecaute terrível.

Latifúndio

O padre Ricardo Rezende, ex-pároco de Rio Maria, um dos personagens mais importantes do sul do Pará entre as décadas de 80 e 90, agora fora da região, deu uma longa entrevista ao último *O Pasquim 21*, a melancólica extensão da matriz, que está nas bancas. Perguntas muito fracas e respostas vagas. Nada à altura do entrevistado.

Intrigou-me, porém, que padre Ricardo, profundo conhecedor da realidade local, tenha dito que o tamanho médio das grandes propriedades no vale do Araguaia seja de 150 mil alqueires. Não há dúvida que esses imóveis se enquadram como latifúndios, mas a média está muito abaixo da avaliação de Ricardo. Em hectares, significaria uma propriedade média de 600 mil hectares. Não há nenhuma desse tamanho.

A desproporção ou é produto da pressa e do superficialismo desse neo-Pasquim, ou efeito do distanciamento do padre Ricardo.

Representação

O presidente da Câmara dos Deputados, como todos sabem, é João Paulo Cunha. Por dois motivos principais: por ser do partido do presidente da República, o PT, e por ser do mais poderoso Estado da federação, São Paulo, que também é a base política (além de o domicílio) de Luís Inácio Lula da Silva.

Mas dos 10 outros cargos da mesa diretora da Câmara, sete são ocupados por políticos nordestinos, três do Norte e um apenas da região Sul (além da presidência, o Sudeste não tem mais nada; nem precisa). Dos sete nordestinos, quatro são pernambucanos. Dos três nordestinos, dois são de Rondônia e um de Mato Grosso (que já nem se considera mais Amazônia).

Confesso que fiquei surpreso. Você, não?

Colunismo social: balcão de negócios

O Estado de S. Paulo foi o último dos jornais da grande imprensa brasileira a incorporar coluna social às suas páginas. Não sem uma grande resistência interna. Coluna social era definida como coisa frívola, superficial e ociosa na redação da tradicional publicação paulista. Era e é, em qualquer lugar. Mas a bastilha do *Estadão* acabou não resistindo ao assédio e adotou a coluna social.

Ela é uma seção quase tão indispensável quanto o horóscopo ou a previsão do tempo. Tem um dos mais altos índices de leitura de qualquer jornal. E alguns dos seus exemplos não desmerecem sua notoriedade. Ibrahim Sued, Jacinto de Thormes, Zózimo Barroso do Amaral, Daniel Más, Ricardo Boechat, Hildegard Angel e alguns outros (mas poucos) nivelaram as colunas sociais pelo alto, no mesmo nível das melhores colunas jornalísticas.

Ultimamente, porém, esse nível desceu aos subterrâneos, principalmente entre

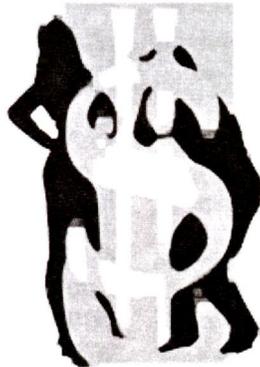
nós. Diga-se que a queda não é restrita às colunas sociais, mas a quase todas as colunas, inclusive os carros-chefes dos jornais, o Repórter 70, em *O Liberal* (atualmente num louvável esforço de recuperação, frequentemente infrutífero), e o Repórter Diário, no *Diário do Pará*. É inaceitável que a coluna principal de um grande jornal seja depósito de *press-releases* (o que explica o absurdo de haver mais jornalistas trabalhando em agências de propaganda e de assessoria do que em jornais, mais atividade-meio do que atividade-fim nessa subversão hierárquica).

Coluna é para publicar notícia ou comentário exclusivos. Coluna social é para explorar *potins* e acompanhar as atividades de personalidades públicas. Informa-

tivas e prazerosas mesmo sendo frívolas, superficiais, preconceituosas, exclusivistas e charmosas. Mas a média do colunismo social em Belém tem sido pouco

mais do que balcão de negócios, extensão de *lobbies* ou posta-restante do anonimato edulcorado, tudo isso embrulhado em textos sofríveis.

Já está mais do que na hora de as editorias dos jornais submeterem essa cornucópia de colunistas sociais a um processo de depuração e consolidação para que sobrevivam aqueles espaços que nos garantam um direito elementar: não regredir à fase anterior, que os Ibrahim e Zózimo deixaram para trás, como entidades antediluvianas: o colunismo social que é sinônimo de picaretagem ou instrumento de vontades provincianas e mesquinhas.



Impacto de Belo Monte: começar tudo de novo

Os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia decidiram esquecer os estudos feitos pela Fadesp (a fundação de pesquisas da Universidade Federal do Pará), sob contrato da Eletronorte, para a elaboração do EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu e reiniciar o trabalho do zero. A decisão foi anunciada na semana passada, pondo fim a uma controvérsia interna no governo federal.

Prevaleceu a posição firmada a partir do reconhecimento da justiça federal do Pará à ação do Ministério Público Federal: o que a Fadesp fez não tem valor legal. O MP alegou que a fundação não podia realizar o serviço com base em contratação direta, sem concorrência pública, e a Eletronorte só podia iniciar os estudos para o EIA-Rima com autorização do Senado. A decisão administrativa deverá deixar sem objeto o contencioso judicial, caso a Eletronorte

desista (por ordem superior) de contestar o MP. Nesse caso, tudo terá que recomeçar.

Há um detalhe. A Eletronorte já gastou 4,4 milhões de reais com as pesquisas da Fadesp. A fundação terá que devolver o dinheiro à estatal, que precisará se acertar com o Tribunal de Contas da União sobre o contrato, se reconhecida sua ilegalidade.

Ainda que tudo isso se confirme, quem garantirá que o material produzido pelos pesquisadores contratados pela Fadesp não será usado no EIA-Rima? É de bom senso e medida de economia que isso aconteça, ao invés de duplicar esforços e verbas? Por enquanto, perguntas ao ar. Pelo sim, pelo não, o governo Lula reservou R\$ 8,1 milhões no orçamento deste ano para os estudos do impacto ambiental de Belo Monte, praticamente o dobro do que foi aplicado no governo tucano que o antecedeu.

Num discurso feito na Câmara no início de setembro, o deputado Nicias Ribeiro, do

PSDB, garantiu que os estudos ambientais de Belo Monte "já estão concluídos" e que a execução da obra é apenas uma questão de tempo. Tempo muito caro, pois, segundo o parlamentar, "há um prejuízo da ordem de 100 mil dólares a cada semana, pelo atraso na construção dessa hidrelétrica", para ele "o projeto hidrelétrico mais perfeito e belo da história da engenharia mundial".

Nicias acredita que, além de Belo Monte (que continua a considerar como tendo potência de 11 mil megawatts, embora o governo já fale em 7,7 mil MW), sairá outra usina a montante, a de Altamira, com outros 6,5 mil MW. Assim, a volta grande do Xingu irá gerar tanta energia quanto a maior hidrelétrica em construção no mundo, a de Três Gargantas, na China.

Converter essa bitola barragista no setor elétrico não é fácil. Mesmo quando se quer enfrentá-la.

Poeta do povo

Maranhão foi o apelido perfeito para Antônio Carlos Carvalho. Ele personificou aquele modo de falar manhoso e cantante dos nascidos na sua terra de josés & ribamares, acrescida de uma ironia (resvalando às vezes para o sarcasmo) que assustava os mais desajeitados ao seu humor. Mas quando encontrava um igual (ou pior) do outro lado, Maranhão se afeiçoava ao contendor. Assim nos demos bem, ele pilheriando de lá e eu satirizando de cá. Nunca alteamos a voz, mesmo nos momentos de discordância. O respeito era mútuo.

Maranhão me escolheu antes de me conhecer. Incluiu o **Jornal Pessoal** na letra de sua mais bem-sucedida composição, *Nega*, em parceria com Alfredo Oliveira. Por isso, amargou ser excomungado dos veículos das Organizações Romulo Maiorana, cuja diretriz editorial costumava ser ditada pelo fígado. Não importava para Maranhão: ele queria mesmo era fazer e não acontecer. E fez muito ao longo dos seus 55 anos, que chegaram prematuramente ao fim no mês passado.

Verdadeiramente um homem do povo, o compositor Maranhão incorporou o inconsciente coletivo em suas músicas, infelizmente deixadas à margem da divulgação, mas que permanecem como o legado desse maranhense bravo e bom. Maranhão podia fazer suas as palavras do conterrâneo João do Vale: se sua flor o vento pode levar, o seu perfume fica morando no ar.

(Mas é de doer que esses amigos do peito estejam se mandando deste vale tão cedo. Peraí, pessoal: vamos maneirar).

Norte?

O Ministério da Ciência e Tecnologia está montando o Centro Regional de Ciências Nucleares do Norte e Nordeste.

Tem sede em Recife e atuará "como um pólo de desenvolvimento para todo o Nordeste". O Norte, ao que parece, entra apenas no título para enriquecê-lo. Esse ministério, mais os da indústria e o do meio ambiente, estão tentando implantar também o Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus. No relatório de prestação de contas sobre seus oito meses de gestão (e de despedida?), o ministro Roberto Amaral diz que atualmente o CBA se limita a ser "um prédio construído e sem uso", mas promete que se transformará num centro de pesquisa de fato, formando ao lado do Inpa e do Goeldi a linha de frente do desenvolvimento científico-tecnológico da região. Apesar de ser apenas estrutura física, o CBA já engoliu 18 milhões dos 60 milhões de reais nos quais o seu projeto foi concebido.

Mistério chinês

Madame Chiang Kai-shek, que morreu no final do mês passado, em Nova York, seu exílio dourado, era uma dessas pessoas que valia a pena conhecer. Tendo chegado aos 105 anos, viu três séculos (o XIX, o XX e o XXI), talvez os mais férteis da história da humanidade. Ela própria testemunhou um dos acontecimentos mais marcantes desse período: a reativação da civilização chinesa, renascida das cinzas do colonialismo e maturada em conflitos sangrentos.

Madame Chiang sobreviveu a esses embates com uma impassibilidade

verdadeiramente impressionante, sempre parecendo estranha às convulsões e muito mais jovem do que sua idade cronológica, inclusive ao ir-se deste vale de lágrimas, aos 105 anos de idade, aparentando 20 anos menos. Levou consigo um mistério: a máscara que carregava sempiterna no rosto era sua pele ou era realmente uma máscara? Era assim por ser superficial ou porque protegia um interior impenetrável? A frivolidade a preservou ou ela entendeu, absorveu e digeriu o seu tempo?

Dela, talvez, fiquem apenas as boas perguntas que suscitou.

Landi

O arquiteto Antonio Giuseppe Landi já estava com 40 anos quando chegou à Amazônia, na segunda metade do século XVIII, integrando a missão científica e cultural enviada à região pelo despota esclarecido de Portugal, o Marquês de Pombal. Mas foi nos 38 anos seguintes que Landi realizou, aqui, sua grande obra. O período anterior foi mais de preparação e esboço, na Itália e em Portugal.

O Seminário Internacional Landi e o Século 18, que começará no dia 17, é a rara oportunidade de trazer a Belém especialistas que nos ajudarão a compreender o maior de todos os arquitetos da Amazônia colonial no contexto do seu tempo e a visão do nosso processo histórico a partir de fora. Esse é o lado bom da programação. O ruim é ela excluir quem, dentre nós, conhece Landi em seu nicho amazônico tão bem (ou mais, sob certos aspectos) do que os ilustres visitantes.

Santo de casa continua proibido de fazer milagres?

Quem virá atrás da usina do Xingu?

Certos elementos do projeto mudaram, críticas feitas a partir de fora estão sendo incorporadas, mas o governo Lula se rendeu a Belo Monte. A sádua ministra de minas e energia, Dilma Rousseff, classificou a hidrelétrica de “jóia da coroa”. Entre outros motivos, principalmente porque cada megawatt nela instalado custará 12 dólares.

Esse era o valor mirífico que os responsáveis pelo projeto esgrimiam como um abre-te-sésamo, capaz de derrubar as portas da incredulidade. Ceticismo que era partilhado por técnicos que agora pularam o balcão da oposição e estão agora do lado do governo, repetindo o número cabalístico.

Tenha 11 mil megawatts, como estava decidido no governo Fernando Henrique Cardoso, ou 7,5 mil MW (ou mesmo 5,5 mil MW, como alguns já falam), a usina é um doce de coco. Inundará área menor ainda do que o previsto, será submetida a uma avaliação de impacto ambiental muito mais rigorosa, para minorar ou prevenir seus aspectos negativos, e continuará mais barata

do que qualquer outra forma de geração energética em escala comparável.

Por isso, a ministra de minas e energia adiantou, na semana passada que há “uma pilha de investidores interessados em participar do projeto”. Não um interesse em abstrato, mas já com negociações em curso. O governo pretende apresentar Belo Monte como um dos primeiros casos enquadráveis no modelo PPP (parceria público-privada), que constitui a menina dos olhos do mundo dos negócios no momento. Ainda há quem garanta que mesmo com o reinício do zero do EIA-RIMA e mais rigor nas obras, a usina poderá estar pronta em 2008 ou, no mais tardar, em 2009.

Esse apertado cronograma seria possível graças ao novo esquema associativo. Três empresas ainda estatais (Furnas, Chesf e Eletronorte) subscreveriam 49% das ações da nova companhia, enquanto um consórcio privado ficaria com 51%. A composição do consórcio ainda não foi totalmente fechada, mas por ele já manifesta-

ram interesse grandes fabricantes estrangeiros de equipamentos, como a Alstom, ABB, General Electric e Voith Siemens, e as construtoras Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, todos eles tradicionais no ramo (e nas suas extensões e derivações).

O grupo foi, significativamente, batizado de “Consórcio Brasil”. O mesmo do grupo que tentou assumir a Companhia Vale do Rio Doce, com calor oficial. Convém, portanto, acompanhar atentamente os passos que dará a partir de agora para assumir uma das maiores hidrelétricas do mundo. Mesmo com sua nova roupagem petista, Belo Monte, se conserva o encanto precioso do passado, para quem sabe ver coroas, também traz alguns de seus mistérios. O maior deles, ainda por decifrar, é: com todas as mudanças e correções, o empreendimento só é viável se, além da barragem da grande curva do Xingu, outra ou outras forem construídas rio acima?

Nesse ponto, não se toca. Talvez por ser um “detalhe”, agora como antes.

CARTA

O banco e o sarcasmo

Ao comentar os movimentos iniciais das próximas eleições municipais (JP nº 310) esse jornalista finalizou a matéria com uma certa dose de sarcasmo, conforme se lê a seguir: “...especialmente as do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia (que começaram a ter uma inclinação partidária, paralelamente à adoção de critérios técnicos, na concessão de créditos)”. Sabe-se que, afora alguns raríssimos desvios de percurso, os pleitos no Basa sempre foram discutidos e decididos à luz das normas e dos padrões técnicos pertinentes. As preferências partidárias existem, coexistem e são salutares, mas não devem interferir no pacto creditício porque são incompatíveis com a operacionalização dos investimentos produtivos. Vale ressaltar, por oportuno, uma disposição de determinado setor da imprensa deste país – após a ascensão do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva – em achincalhar os seus colaboradores. Para

esse segmento, o PT e seus aliados são uns despreparados e, portanto, incapazes e incompetentes. Aqui em Belém há um jornalista e político frustrado que vive hostilizando a administração petista local e nacional. Esse pessoal só acredita nos super-homens produzidos pelo M. T. I, por Harvard, Cambridge, Oxford, etc., sítio de doutores análogos àquele que formou os dois americanos (prêmios Nobel de Economia), responsáveis diretos pela bancarrota duma Corretora nova-iorquina, no início deste século. Também as cabeças pensantes que engendraram as maiores fraudes nos grandes conglomerados dos Estados Unidos, foram forjadas nesses templos de inteligência e sabedoria que tanto encantam e embevecem certa imprensa e a elite brasileira. Não vejo razão para subestimar a militância petista e seus atuais apaniguados, sobretudo porque os **luminares** que auxiliavam (In aeternum) o grupo que foi apeado do poder, nada fizeram em proveito da sociedade no decurso de suas respectivas passagens pelos Ministérios e primeiro escalão do governo, a não ser preparar o passaporte para in-

tegrarem futuramente a iniciativa privada, e depois retornarem ao governo, num perfeito jogo de oportunismo. Devo esclarecer que não sou filiado a nenhum partido, só acho que a alternância do poder faz parte do jogo democrático e ajuda a oxigenar o cenário político.

Rodolfo Lisboa Cerveira

MINHA RESPOSTA

Onde o leitor viu sarcasmo há apenas crítica (aliás, não respondida por quem de direito). Aqui não se faz distinção de origem, formação ou opção política, partidária ou ideológica. Analisa-se fatos. A coleção do JP está à disposição para contraditar a afirmativa do leitor de que os empréstimos concedidos pelo Basa “sempre foram discutidos e decididos à luz das normas e dos padrões técnicos pertinentes”. A começar pela segunda edição deste jornal, de setembro de 1987, que denunciou o rombo de 30 milhões de dólares, comandado pelo então diretor e presidente interino da instituição. Nem sempre e, às vezes, nem principalmente o rigor técnico prevaleceu. Daí as sangrias financeiras registradas no passado (os

créditos de difícil recuperação chegaram a somar duas vezes e meia mais do que o capital do banco, na década de 70) e a sempre existente possibilidade de que se repitam agora e no futuro. O que se conseguirá mantendo um acompanhamento alerta, sério e crítico, como este jornal procura fazer, sem perguntar se o autor tem título do MIT (o famoso Massachusetts Institute of Technology).

Se muitos dos tucanos que nos enrolaram e enforcaram com sua política econômica vieram de lá, foi lá que se criou e ainda se mantém o lingüista Noam Chomsky, o maior e mais respeitado crítico do sistema econômico erigido à condição de catedral pela equipe econômica de FHC. Com outros nomes, parece que ela continua a dar as cartas no tão esperado governo do metalúrgico Lula. Governo da mudança que, por enquanto, ninguém sabe, ninguém viu. Não por acaso, até agora, é o governo mais em trânsito da história brasileira. Conseguiu a façanha de superar Fernando Henrique Cardoso nesse **fundamento**, como conceituam os abalizados críticos esportivos, fontes do saber nacional.

A polêmica do porto no jornalismo comercial

Para atacar a Companhia Vale do Rio Doce e, dessa maneira, tentar influir sobre o contencioso judicial que trava com a empresa na comarca de Belém (ver edições anteriores do *Jornal Pessoal*), *O Liberal* ressuscitou uma questão que parecia superada: o escoamento do minério de ferro de Carajás. Revolvendo documentos da década de 70 e opiniões de personagens da época, o jornal tem sustentado que a escolha do Maranhão como ponto de embarque do minério resultou de uma conspiração e de uma fraude cometida pela CVRD contra o Pará.

A prova da conspiração seria a omissão ou sonegação de um fato que, se conhecido então, mudaria completamente o estudo de viabilidade do transporte: o litoral do Pará, na ponta da Tijoca, oferecia profundidades semelhantes ou superiores às encontradas na Ponta da Madeira, em São Luís, onde foi construído o porto privativo da Vale, hoje o segundo mais importante do país na movimentação de grãos sólidos e um dos mais importantes do mundo. A Vale sabia desse fato, mas escondeu-o para que a opção maranhense prevalecesse.

O desenvolvimento da tese é uma salada de frutas de coisas desiguais ou desconexas. Como tem sido freqüente numa publicação desmemoriada, *O Liberal* de hoje desfaz a história inscrita nas páginas de *O Liberal* de ontem. É estultice dizer, hoje, que o escoamento do minério pela Ponta da Madeira foi imposto goela abaixo dos paraenses, sem discussão. Várias pessoas, dentre as quais me incluo, escreveram numerosas vezes, nas páginas de *O Liberal*, contestando a opção de transporte da CVRD. O eixo da controvérsia não era técnico, mas político. Político, entretanto, não em função de uma disputa paroquial entre Pará e Maranhão, Passarinho e Sarney, mas do modelo econômico então vigente.

Os principais estrategistas da Vale, à frente Eliezer Batista, tinham uma batata quente nas mãos: a guerra travada, dentro

da Amazônia Mineração, com o sócio, a multinacional americana United States Steel, a maior siderúrgica mundial. O dilema era: como se livrar da USS, que deveria abrir o mercado americano para o minério brasileiro (mas se desinteressara desse compromisso), sem inviabilizar Carajás? A saída seria encontrar um novo mercado. Encontraram-no: o Japão. Mas para entrar no Japão, a CVRD precisava deslocar os australianos, fornecedores tradicionais.

A proximidade da Austrália do Japão era o desafio. O ferro de Carajás, com o dobro do teor do australiano, precisava, entretanto, vencer uma distância quatro vezes maior. O segredo do sucesso era rebaixar o custo da extração e, sobretudo, o do transporte. Presa ao modelo exportador, obsessivo (ontem como hoje), a Vale montou sua equação minaporto sobre a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira: rapidez, segurança e custo menor era o que interessava. O resto foi descartado.

Mas o "resto" era, justamente, o desenvolvimento regional. Defendia-se a solução hidroviária (ou mista: porto-hidrovia) pelo Pará não por simples paralelismo entre as pontas da Tijoca e da Madeira, mas porque só a hidrovia permitiria reter mais renda internamente, disseminando os efeitos do investimento concentrado em Carajás (mais de três bilhões de dólares) e tornando acessória a função do superporto graneleiro de exportação. Se fosse para bater chapa entre Tijoca e Madeira, o sítio maranhense tinha folgada vantagem.

Por um detalhe que está flagrante num mapa que *O Liberal* publicou na primeira página da edição do dia 2, desdizendo o conteúdo da matéria: o porto maranhense operaria no continente, enquanto o terminal paraense teria que operar *off-shore*, ligado por uma correia transportadora de 4, 6 ou 8 quilômetros, conforme as diversas avaliações, da terra ao píer (sem falar em três pontes ligando o continente à ilha dos Guarás).

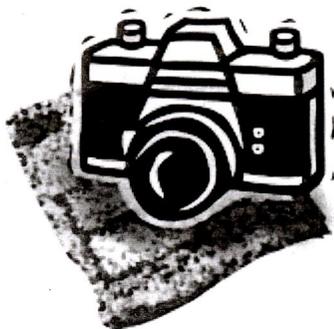
Independentemente dos dados envolvidos nos vários documentos e análises apresentados durante todo o debate (inclusive o "segredo" do Geipot, esgrimido como troféu de batalha por *O Liberal*), envolvendo interesses legítimos ou espúrios, explícitos ou ocultos (não só pelo prisma ferroviário, mas também pelo hidroviário), a questão central, na qual *O Liberal* não tocou porque seu interesse não é jornalístico, mas comercial, é: por que a Vale escolheria a solução mais inconsistente tecnicamente e mais cara, se estava diante do enorme desafio (formalizado em 1977, com a saída da Steel) de viabilizar Carajás pelo mercado japonês, deslocando os concorrentes australianos, que lhe impunha racionalidade e custo menor, ainda que pela bitola colonial do modelo exportador?

A Vale iria sacrificar sua difícil e sofisticada estratégia comercial para agradar Sarney e prejudicar Passarinho, dois representantes do regime militar em seus respectivos Estados (Passarinho então mais forte do que o semelhante maranhense)? Qual seria a razão do ódio dedicado pela Vale aos paraenses (e o amor aos maranhenses) para chegar a tanto?

Toda a espuma jornalística produzida por *O Liberal* não resiste ao menor teste de consistência na análise feita a sério, não para intimidar. Mas ainda que toda a baboseira produzida pelo jornal, às vezes com base em dados corretos, embora incompletos e descontextualizados, fosse verdadeira, restaria uma outra pergunta a fazer, também esquecida pela publicação: sim, e agora, para quê construir um superporto na ponta da Tijoca? Para qual carga ele serviria? Como funcionaria sem as eclusas de Tucuruí? E, caso elas venham finalmente a ser construídas, interessa ao Pará ter um terminal *off-shore* para supernavios, se tal configuração for viável tecnicamente? Ou, depois de nos restar do trem o apito, é isso que nos sobrar dos navios que aportarem nessa plataforma teleférica de transferência de riquezas?

Qualidade

Boa inovação, a do *Diário do Pará*, encartando na edição do Círio um tablóide com ensaios fotográficos sobre a grande precisão dos paraenses, de autoria de Elza Lima, Geraldo Ramos, Miguel Chikaoka, Octávio Cardoso. A Companhia Vale do Rio Doce, ainda em litígio com o Grupo Liberal, compareceu com o patrocínio. Mas o papel utilizado pelo jornal não favoreceu a boa impressão das fotografias, muito pelo contrário. O excelen-



te trabalho dos fotógrafos foi prejudicado pela falta de qualidade na reprodução. Uma boa idéia acabou desperdiçada.

Viagem

Os sucessivos escândalos de viagens de ministros, feitas irregularmente, por isso obrigando-os a devolver dinheiro público, atingiu seu pique e já está na fase de refluxo. Provavelmente não deixará nenhum procedimento corretivo e preventivo contra esse desmando. No vácuo, retorno a uma sugestão que dei tempos atrás: todo funcionário público deveria apresentar ao seu superior um relatório de viagem, paga pelo erário

ou custeada por terceiros, sempre que a ausência tivesse autorização oficial. Um sumário do relatório deveria ser publicado no Diário Oficial.

A íntegra do documento ficaria depositada na Ouvidoria Geral, à disposição dos interessados. Funcionário que não apresentasse relatório teria que devolver a verba recebida ou, em caso de custeio por terceiro, ficaria proibido de fazer qualquer viagem pelo período de um ano.

É difícil adotar essa norma?

M. E. Serfaty & Cia.: “primeiro curtime nacional de peles de crocodilo”. Estabelecido no Boulevard Castilhos França, 68.

Armador Duarte, de Q. S. Duarte. “Encarrega-se de qualquer trabalho de armador, por preços sem competência – Decorações para casamentos, bailes e batizados – Vasos, tapetes, por pouco dinheiro”. Ficava na avenida Nazaré, 534 (fone 593).

ARenascença, de Inácio Gabriel. “O maior empório de fazendas, miudezas, enfeites para vestidos, artigos para noivas, sombrinhas, redes, calçados, louças, ferragens, artigos e livreria, etc.”. Ficava na rua Augusto Montenegro, em Castanhal.

MEMÓRIA DO COTIDIANO

Seleção de firmas que publicaram anúncios na imprensa paraense na passagem do ano de 1947 para 1948:

Casa Paneirinho, de J. M. Bezerra & Cia. Gêneros alimentícios nacionais e estrangeiros. Depósitos de tabacos e farinhas d'água, seca e tapioca, e esteiras de taboa. Preços sem competência. Aviadora e importadora. Estabelecida na avenida Comandante Castilhos França, 3, Ver-o-Peso. Possui, na vila do Mosqueiro, as seguintes filiais: “Paneirinho nº

2”, à rua Siqueira Mendes.. Completo sortimento de mercearia, perfumaria, miudezas, ferragens e outros artigos. – “Paneirinho nº 3”, à rua 15 de Novembro, canto com a Pratiquêra. Variado sortimento das melhores mercadorias. Na vila de Mosqueiro estas duas casas comerciais são as que melhores vantagens oferecem, tanto em preço e qualidade.

Fábrica Sublime, de Bento, Marques & Cia. Ltda. Guaraná, suco de frutas regionais, cajuína, quinados, cachaça e álcool. Avenida Padre Eutíquio 197.

Café 15 de Agosto, de F. B. Peres & Comp. Avenida 15 de Agosto [Presidente Vargas] 130. Especialista em café, coalhada, chocolate, queijos e sorvetes diversos. Cigarros e charutos de todas as marcas. Bebidas finas, nacionais e estrangeiras, e especial salada de frutas.

Café Glória (avenida Portugal, 27). Confeitaria Seleta (João Alfredo, 35). Sorveterias Clippers 1 e 2 (Praça do Relógio). Firms de moagem de café, serviço de bar, sorveteria, confeitaria e pastelaria de Reis & Áreas.

FOTOGRAFIA • Hotel Suíço

O Hotel Suíço (com dois esses mesmo) surgiu no lugar do antigo Rotisserie Suisse, na Praça da República, numa época em que os paraenses ainda se miravam no espelho da cultura francesa. O prédio, que se ajustava à paisagem tipicamente europeia construída nesse local privilegiado da cidade, foi derrubado e no seu lugar está hoje uma agência do Bradesco, prédio de estilo indecifrável. Neste anúncio de 1948, o Hotel Suíço

oferecia aos seus clientes cozinha tanto regional quanto francesa, “de fino paladar, a melhor do norte do Brasil”. Possuía “o melhor, o mais amplo e mais luxuoso salão de refeições, próprio para banquetes até trezentos talheres”. Com aviso prévio de 24 horas, podia preparar menu especial, podendo reservar uma ala para até 50 pessoas ficarem protegidas. Um padrão do Velho Continente, claro.

